

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.572.640 - SP
(2019/0255519-5)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : EDMILSON USSUY E SOUZA - SP296143
AGRAVADO : WALDOMIRO PAULINO FERREIRA
ADVOGADO : LEOPOLDO HENRIQUE OLIVI ROGÉRIO - SP272136
INTERES. : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E
URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. SEGURO HABITACIONAL. INOVAÇÃO RECURSAL E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTOS INATACADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO CONHECIDO, MEDIANTE JUÍZO DE RETRATAÇÃO, PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO contra decisão da Presidência desta Corte, de fls. 440-441 (e-STJ), que não conheceu do agravo em recurso especial por ausência de impugnação específica do óbice relativo à incidência da Súmula 7/STJ.

Nas razões do presente agravo interno (e-STJ, fls. 444-450), sustenta a insurgente, em suma, que foi realizada a devida impugnação específica acerca da aplicação do referido óbice.

Postula, assim, a reconsideração do *decisum* ou a sua reforma pela Turma julgadora.

Não houve impugnação (e-STJ, fl. 453).

Brevemente relatado, decido.

No caso, cabe observar que, nas razões do agravo em recurso especial, houve expreso combate ao óbice relativo à incidência da Súmula 7 desta Corte Superior (e-STJ, fls. 426-428).

Desse modo, reconsidero a decisão de fls. 440-441 (e-STJ) e passo ao

exame do recurso especial.

Acerca das questões ventiladas no apelo extremo, a Corte estadual assim se manifestou (e-STJ, fls. 381-382 - sem grifo no original):

Recurso de Apelação interposto contra sentença que julgou procedente a Ação de Obrigação de Fazer cumulada com Indenizatória para declarar quitado o financiamento e condenar as Rés, solidariamente, a devolução ao Autor dos valores recebidos.

Recorre a vencida afirmando a impossibilidade de devolução das parcelas, em razão da inexistência de apólice desde 31 de dezembro de 2006. Assim, afirma que a cobertura se encerrou nesta data. Afirma que a restituição deveria ser providenciada apenas pela CDHU. [...]

A tese levantada em sede de Apelação não deve ser conhecida, diante da impossibilidade de inovação recursal.

Ora, o limite do recurso é o proposto na petição inicial e o impugnado na contestação, uma vez que a matéria é discutida e apreciada pela sentença.

A Apelante, no entanto, traz a impossibilidade de cobertura em razão da extinção da apólice em 31 de dezembro de 2006, tese esta não invocada quando de sua primeira manifestação nos autos (contestação), ferindo o princípio da impugnação especificada. Lança, portanto, neste momento processual, nova linha defensiva que não foi debatida em instância inferior, o que caracteriza, também, supressão de instância e violação ao princípio do contraditório.

Nítida, portanto, a afronta ao preceito de só ser possível conhecer de questões suscitadas e discutidas no processo, nos termos do art. 1.013, do CPC/15.

Isso posto, pelo meu voto, não conheço do recurso.

Como visto, o recurso de apelação não foi conhecido pelo Tribunal de origem, por concluir que houve inovação recursal por parte da ora recorrente, sendo indevido proceder à supressão de instância.

Atentando-se aos argumentos trazidos pela insurgente e aos fundamentos adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes (acerca da inovação recursal e supressão de instância) não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial. Assim, a manutenção de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, o que impede o conhecimento do recurso especial.

A propósito:

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CONTRATO C/C REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRELIMINAR AFASTADA. SEGURO DE VIDA EM GRUPO. NEGATIVA DE PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO CONTRATUAL. APOSENTADORIA CONCEDIDA PELO INSS. INVALIDEZ PERMANENTE PARA O TRABALHO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7/STJ. INCIDÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULA 211 DO STJ. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. INCIDÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF. Aplicação analógica.

[...]

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1158372/AL, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2019, DJe 10/12/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. ART. 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. LIMITAÇÃO. SÚMULA Nº 568/STJ. TERMOS PACTUADOS. REVISÃO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. FUNDAMENTO SUFICIENTE. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 283/STF. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA.

[...]

5. A ausência de impugnação de um fundamento suficiente do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo o enunciado da Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1759279/PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/11/2019, DJe 21/11/2019)

Ante o exposto, conheço do agravo, mediante juízo de retratação, para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator